



## EIXO 3

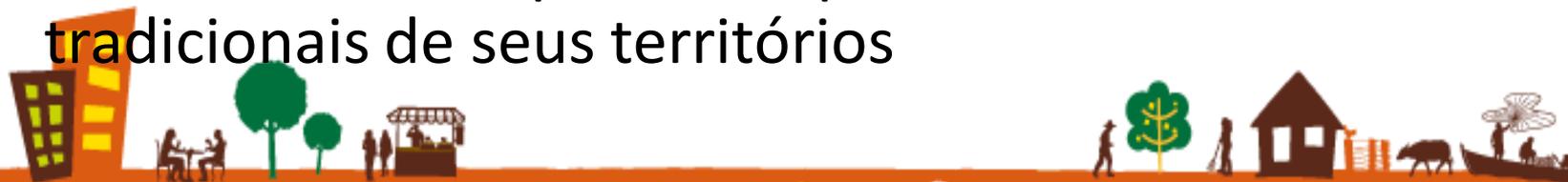
**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**



**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

**PRIORIDADES PARA REVISÃO – INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

1. diagnosticar e mapear os povos de matriz africana e ameríndios(jurema Sta e Sagrada);
2. acabar com a invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais em suas diversas identidades, fazendo com que o estado brasileiro os reconheça como sujeito de direitos;
3. responsabilizar aqueles que estão à frente de grandes eventos e de megaprojetos que provocam crimes ambientais e a expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios



## **Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

### **PRIORIDADES PARA REVISÃO – INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL**

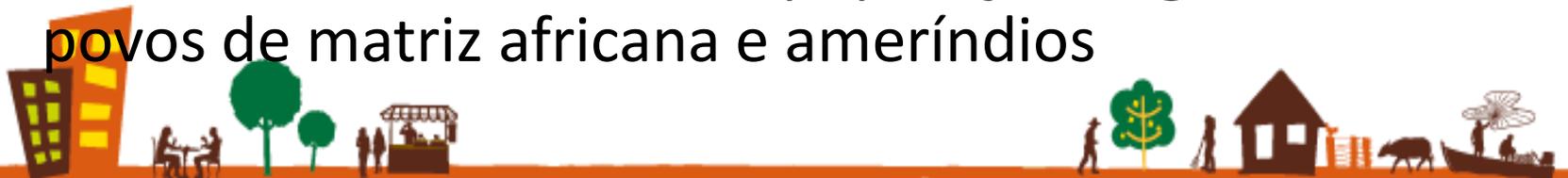
- 1) Garantir orçamento para a execução do programa Bolsa verde,
- 2) Garantir atendimento específico de ATER dentro do programa fomento e capacitação dos técnicos quanto as especificidades da segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais ;
- 3) Ampliar linhas de créditos e de financiamento permanentes e desburocratização das formas de atendimento priorizando pequenos produtores rurais pescadores;
- 4) criação de mecanismos específicos de fomento para gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de povos e comunidades tradicionais observando a proteção e a promoção de seus sistemas agrícolas tradicionais



**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

**PRIORIDADES PARA REVISÃO – ACESSO À TERRA E GESTÃO TERRITORIAL**

- 1) Incidir perante Advocacia Geral da União para retirada do parecer 01/2017 e sobre o Judiciário para não aplicação do Marco temporal especialmente na primeira instância;
- 2) Discutir marcos legais para pescadores artesanais;
- 3) Garantir orçamento e estruturação dos órgãos responsáveis pela regulamentação do acesso à terra e territórios indígenas e Quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, população negra e de povos de matriz africana e ameríndios



**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

## **BIODIVERSIDADE**

1) resguardar os conhecimentos tradicionais de apropriação indevida criando mecanismos efetivos de salvaguarda



**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

## **SAÚDE INDÍGENA**

- 1) Garantir a continuidade de atendimento da atenção básica na saúde indígena por meio do chamamento público específico contemplando instituições com experiência em Saúde indígena e não apenas saúde pública;
- 2) Garantir a integração das diferentes políticas públicas para reduzir a insegurança alimentar nutricional entre povos e comunidades tradicionais;
- 3) Fazer cumprir a determinação do FNDE em relação alimentação escolar dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, via Conselho de alimentação escolar (CAE)



**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

## **EXTRATIVISTAS E RIBEIRINHOS**

1) Garantir acesso a água aos povos e comunidades tradicionais ribeirinhas extrativistas.



## **Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

### **ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

- 1) Reconhecer as comunidades de matriz africana e ameríndias, população negra e povos e comunidades tradicionais, que vivem em meio urbano e rural e garantir o acesso às políticas públicas;
- 2) Aprimorar o sistema de marcação de identidades específicas e étnicas no Cad Único, respeitando a autodeclaração incluindo povos de matriz africana e ameríndios e demais segmentos;
- 3) Que as políticas públicas levem em consideração as especificidades dos povos e comunidades tradicionais e que sejam adequadas as diversas realidades das populações;
- 4) Garantir o acesso à informação sobre as políticas públicas existentes e oferecer capacitação e formação para o acesso a essas políticas;
- 5) Regularizar o processo de emissão inicial e de manutenção anual do registro geral de pescador, a cargo da secretaria especial da pesca;
- 6) Observar e não violar o princípio que veda retrocesso social no comprimento dos direitos humanos;



**Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural**

## **ACESSO À POLITICAS PÚBLICAS**

7) Fortalecer a capacidade operacional (infraestrutura, pessoal e orçamento) da FUNAI, FUNASA, FUNDAÇÃO PALMARES, INCRA E SEAP para a implementação de políticas públicas;

8) Garantir o funcionamento dos conselhos de participação social e controles de políticas públicas como o CNPI e o CNPCT. Em relação ao CNPCT é fundamental garantir posse imediata dos conselheiros eleitos em 2017 e orçamento para seu funcionamento.

